

O *LIVRO DAS FORTALEZAS* DE DUARTE DE ARMAS – CONTRIBUTO PARA UMA ANÁLISE COMPARATIVA DOS MANUSCRITOS DE LISBOA E DE MADRID

MÁRIO JORGE BARROCA*

Resumo: Apresentação sumária dos dois códices do *Livro das Fortalezas* de Duarte de Armas (o manuscrito do IAN-TT, Lisboa; e o manuscrito da BNE, Madrid), nomeadamente das suas características, explorando concordâncias e diferenças numa tentativa de contextualizar as circunstâncias em que a obra foi encomendada e produzida, determinar o motivo da existência de dois exemplares e apurar a cronologia de cada um deles.

Palavras-chave: Duarte de Armas; Livro das Fortalezas.

Abstract: Our objective is to present the main characteristics of the two codices of Duarte de Armas's *Livro das Fortalezas* (the IAN-TT manuscript, Lisbon; and the BNE manuscript, Madrid). By exploring concordances and differences, we will try to contextualize the circumstances in which the work was ordered and produced, determine the reason for the existence of two copies and their chronology.

Keywords: Duarte de Armas; Livro das Fortalezas.

* DCTP / FLUP – CITCEM. mbarroca@letras.up.pt.

Portugal tem o raro privilégio de possuir uma obra – o conhecido *Livro das Fortalezas*, de Duarte de Armas – que constitui uma radiografia, sincrónica, dos sistemas defensivos de fronteira. Tanto quanto sabemos, mais nenhum reino ou país da Europa tem este privilégio: o de ter um levantamento sistemático, realizado num curto espaço de tempo, pela mão de um mesmo autor, dos principais castelos sobre os quais se apoiava a defesa do reino, registados na forma de duas vistas, desenhadas em perspectiva, e de uma planta de pormenor, tudo valorizado com múltiplas legendas. Com estas características, admitamos, não existe nada de parecido na Europa. O exemplo mais próximo talvez seja o *Armorial d’Auvergne, Forez et Bourbonnais*, manuscrito francês encomendado pelo Duque de Bourbon, Carlos I (1401-1456), ao seu “héraut d’armes” Guillaume Revel e executado cerca de 1440-1450 (Paris, BNF, Département des Manuscrits, Ms. Français 22297)¹. Neste códice, que quedou inacabado, cruzam-se os registos heráldicos com algumas vistas de castelos e vilas, sedes de senhorios, da zona de Auvergne, Forez e Bourbonnais. Mas, sublinhe-se, sem qualquer planta. A preocupação subjacente aos desenhos dos castelos e vilas não era propriamente estratégica, mas sim panegírica e, neste sentido, essas representações devem ser entendidas como iconografias de poder. O *Livro das Fortalezas*, pelo contrário, teve subjacente uma clara preocupação estratégica e por isso foi dotado de plantas comentadas. Ele é, neste sentido, uma obra ímpar em termos europeus, que bem merece toda a atenção que lhe tem sido dedicada.

Do *Livro das Fortalezas* existem dois manuscritos: o mais conhecido e divulgado encontra-se no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, em Lisboa; outro exemplar, sensivelmente coevo deste, foi recolhido na Biblioteca Nacional de Espanha, em Madrid. O objectivo do presente texto é fazer uma primeira análise comparativa dos dois exemplares para tentar perceber o que motivou esta dupla existência e determinar qual a cronologia de cada um. Começemos por uma breve apresentação dos dois manuscritos.

O exemplar do IAN-TT tem a cota «Caixa Forte, Ms. 159» (ou PT/TT/CF/159). Trata-se de um manuscrito em pergaminho, com 139 folhas, medindo cerca de 350 x 250 mm (dimensões adquiridas depois de ter sido aparado e encadernado). É composto por duas partes. Na primeira parte são apresentados 55 castelos raianos com duas vistas, ocupando cada vista um duplo fólio. Esta primeira parte abre com um índice geral e encerra com quatro vistas, igualmente de duplos fólhos, que escapam à lógica dos restantes desenhos por não se tratar de castelos raianos. A primeira é uma vista de Barcelos; as restantes são três vistas do Paço Real de Sintra. A segunda parte compreende 51 plantas de outras tantas estruturas militares, cada uma ocupando meio fólio. Sublinhemos que estas plantas não dizem respeito

¹ FOURNIER, 1973; DE BOOS, 1998; LAFFONT, 2011.

à totalidade das vistas desenhadas na primeira parte, mas se circunscrevem ao que poderíamos chamar a “estrutura militar”. Isto é, enquanto na primeira parte temos duas vistas de cada povoação com o seu castelo, na segunda parte temos apenas a planta da parte correspondente à estrutura militar – o castelo – que são muito ricas em pormenores e em informações de natureza arquitectónica. Diríamos que é nesta segunda parte que se concentram, verdadeiramente, as informações estratégicas do *Livro das Fortalezas*. O volume encerra com uma “Tavoada das fortalezas do extremo de Purtugall e Castella” (fl. 134 a 136), que é, na realidade, o itinerário viário empreendido por Duarte de Armas para visitar os 55 castelos, e que foi estudado e valorizado por Iria Gonçalves².

O manuscrito de Madrid, que se conserva na Biblioteca Nacional de Espanha, tem a cota «Mss 9241» mas teve a cota antiga «Aa. 98». Trata-se de um manuscrito em papel de linho, composto actualmente por 71 folhas, com dimensão média de cerca de 320 x 240 mm. Sobrevivem 37 vistas de povoações e castelos, ocupando dupla página, encadernadas de forma desordenada, e não apresenta qualquer planta.

A acrescentar a estes dois manuscritos da obra de Duarte de Armas, temos ainda uma “sequela” tardia, e com bastante menos interesse iconográfico: o manuscrito aguarelado de Brás Pereira [de Miranda] intitulado «Fronteira de Portugal Fortificada pelos Reys deste Reyno. Tiradas estas fortalezas no tempo del Rey Dom Manoel. Copiadas por Brás Pereira», datado de 1642 e que se conserva na Biblioteca Nacional de Portugal, em Lisboa, com a cota «BNP, Il. 192». Trata-se de um manuscrito composto por 57 folhas, medindo 415 x 595 mm, onde foram registados 55 castelos em copias aguareladas realizadas a partir do Manuscrito de Lisboa de Duarte de Armas, organizadas alfabeticamente e antecedidas de um Mapa (o único elemento verdadeiramente original desta obra). No manuscrito de Brás Pereira de Miranda todos os castelos são apresentados numa só vista (à excepção de Castro Marim e de Castelo Branco, que possuem duas vistas cada um). Faltam as vistas de Penas Róias, de Caminha e as vistas de Barcelos e de Sintra.

O Manuscrito de Lisboa conheceu três edições: uma primeira, de João de Almeida, em 1943³; uma segunda, da responsabilidade de Manuel da Silva Castelo Branco, em 1990, com duas reedições⁴; e uma terceira, da responsabilidade de João José Alves Dias, saída dos prelos muito recentemente, em 2016⁵. A edição pioneira de João de Almeida tem o inconveniente de apresentar as imagens recortadas, eliminando legendas e pormenores fundamentais, acompanhadas por medíocres resenhas his-

² GONÇALVES, 2005-2006.

³ ALMEIDA, 1943.

⁴ CASTELO BRANCO, 1990.

⁵ DIAS, 2016.

tóricas sobre os locais retratados. A edição de Manuel da Silva Castelo Branco, de bom apuro gráfico, vem acompanhada de uma preciosa introdução e reproduz, de forma quase integral, o manuscrito de Lisboa. Apenas ficaram de fora pequenas áreas periféricas, nas margens. A edição de João Alves Dias, apesar de contar com reproduções de menor qualidade gráfica, tem duas enormes vantagens: apresenta, pela primeira vez, o manuscrito na sua mancha original e fornece uma transcrição integral das suas legendas, com grafia actualizada, realizada pela mão experiente de um dos nossos melhores paleógrafos. Conta, ainda, com uma introdução que apresenta muitos aspectos inovadores.

O manuscrito de Madrid nunca conheceu uma verdadeira edição. Entre 1910 e 1911 foi publicado um longo estudo de Manuel Gonzalez Simancas (1885-1942), que reproduziu os seus desenhos numa dimensão muito reduzida, que retira qualquer veleidade de análise de pormenor. E as suas vistas foram parcialmente editadas, igualmente, por João José Alves Dias, no contexto da sua Dissertação de Doutoramento, num ensaio de análise comparada das perspectivas dos manuscritos de Lisboa e de Madrid. Mas, verdadeiramente, nunca conheceu uma edição. O site da Biblioteca Nacional de Espanha disponibiliza, contudo, uma versão digital do manuscrito.

Por fim, o manuscrito de Brás Pereira de Miranda também não conheceu edição integral, mas o site da Biblioteca Nacional de Portugal disponibiliza igualmente uma versão digital.

Terminada a apresentação dos manuscritos do *Livro das Fortalezas*, é tempo de nos começarmos a debruçar sobre os muitos problemas que giram em torno deles. Desde logo, sobre a existência de dois manuscritos distintos, sobre o seu significado e sobre o percurso que cada um teve, chegando aos nossos dias integrados no Arquivo Nacional da Torre do Tombo e na Biblioteca Nacional de Espanha.

Manuel Severim de Faria (1583-1655), nas suas *Notícias de Portugal...*, manuscrito redigido em 1625, mas apenas editado trinta anos mais tarde, em 1655, registou a dado passo: «E sendo muitas destas fortalezas dannificadas do tempo, el Rey Dom João II as mandou reformar. El Rey Dom Manoel aperfeiçoou esta obra de todo, & mandou tirar em planta, & monte a todos os lugares fortes do Estremo, & Costa do mar que forão (...)»⁶. Das plantas & montes destes lugares se fizeram dous livros que mandou el Rey pòr na Torre do Tombo, onde ainda estão, para a todo o tempo estar presente no que convinha aos ditos lugares, para o socorro deles; alem dos quais há no reino mais de 400 povos cercados & acastellados,

⁶ Segue-se a lista das 58 localidades referidas no índice do Manuscrito de Lisboa, sem que Manuel Severim de Faria tenha reparado que, em três casos, não tinham sido incluídos os desenhos.

posto que ao antigo»⁷. Seriam os “dois livros” referidos por Manuel Severim de Faria os códices que hoje se encontram em Lisboa e em Madrid? Quase todos os autores que se debruçaram sobre a obra de Duarte de Armas se inclinaram para isso, procurando determinar o momento em que o códice em papel de linho teria sido levado para Madrid. A referência de Manuel Severim de Faria parecia, portanto, indicar que na Torre do Tombo, em 1625, ainda se conservavam os dois exemplares da obra e que a transferência de um deles para Madrid teria ocorrido depois desse ano. Recentemente, João José Alves Dias defendeu que os dois “livros” referidos por Manuel Severim de Faria – e claramente identificados como sendo um de “plantas”, outro de “monteas” (ou seja, de vistas) –, corresponderiam apenas ao manuscrito de Lisboa, que compreende, encadernados num único volume, dois livros autónomos⁸. Com efeito, o exemplar de Lisboa apresenta uma primeira parte integrada por um índice, no início, e pelo “livro” de vistas ou *monteas*, com formato maior (depois de ter sido aparado, com sacrifício de quase todas as legendas superiores, ficou com 350 x 250 mm), composto por 16 cadernos, de 4 bifólios cada um. E um outro “livro”, correspondendo às plantas, com um formato ligeiramente menor (348 x 245 mm), composto pelos 3 últimos cadernos, de 5 bifólios cada um, que remata com um novo “índice” (a já referida “Tavoada das fortalezas do estremo de Purtugall e Castella”, súmula do percurso empreendido por Duarte de Armas). As diferenças nas dimensões dos fólios das duas partes, na estrutura dos seus cadernos e a própria existência de dois índices, parecem recomendar, realmente, que, como João José Alves Dias sagazmente defendeu, o manuscrito de Lisboa fosse entendido como dois livros concebidos de forma autónoma. Mas dificilmente se compreende que, sendo considerados dois livros distintos, estivessem fisicamente separados. Com efeito, o índice do início do *Livro* reporta-se, na sua folha 5, às plantas (*prataformas*) do “segundo livro” e não parece haver diferença de letra. Havia, portanto, um índice único das duas partes ou “livros”. Por outro lado, os fólios 116 e 120 asseguram a coesão da obra: o fl. 116 tem, na face principal, a metade direita do desenho de Caminha (o último desenho de uma estrutura raiana) e, no verso, a metade esquerda da vista de Barcelos. Do mesmo modo, o fl. 120 apresenta, na face, a metade direita da derradeira vista do Paço de Sintra e, no verso, a legenda «Daqui se começa a prateforma das fortalezas atrás debuxadas com suas alturas e larguras de muros e barreyras e etc». A continuidade entre as várias partes do *Livro* está, portanto, assegurada. A obra podia ser entendida como composta por dois “livros” ou partes, mas era, fisicamente, um único volume.

⁷ FARIA, 1655: 64; também citado por CORTESÃO, 1935: 116.

⁸ DIAS, 2016: 25.

O manuscrito de Lisboa apresenta algumas anomalias que importa aqui registrar: os 136 fólhos, numerados no ângulo superior direito, são antecidos de um índice, não numerado, com 3 fólhos (5 páginas). Do fólho 36 passa-se directamente para o fólho 40, estando o fl. 36vº e o fl. 40r em branco. Ou seja, faltam ou estão em branco os fólhos 36vº-37, 37vº-38, 38vº-39 e 39vº-40. No índice revela-se que eles estavam reservados para as duas vistas de Alegrete e Portalegre. O mesmo acontece com os fólhos 44vº-45 e 45vº-46, que existem mas se apresentam em branco e que, pelo índice, sabemos terem sido destinados às duas vistas de Marvão. Isso significa que, no momento em que o manuscrito foi criado, se tinha consciência de faltarem esses três castelos e se previa a possibilidade de os vir a registrar. Só assim se compreende que se reservassem fólhos em branco mas que, no índice, eles estivessem claramente identificados com os castelos a que se destinavam. Por outro lado, há um lapso na numeração das folhas: do fólho 45 passa-se directamente para o fólho 47. Ou seja, os fólhos 46 a 55 receberam os números 47 a 56. O lapso foi corrigido no fólho 56, número que foi repetido e atribuído a dois fólhos distintos (as duas vistas de Segura têm a mesma numeração). Depois dos 55 castelos raianos – *dos extremos* como se lhes chama – retratados em duas vistas de duplo fólho, segue-se uma vista de Barcelos e três vistas de Sintra. São as únicas estruturas não raianas e não militares. Como já defendemos noutro estudo nosso, a presença destes desenhos explica-se pelo ritmo das obras nessas duas localidades e, muito especialmente, nos seus paços. Com efeito, pouco antes de Duarte de Armas ter realizado o seu périplo raiano, o Duque D. Jaime, reabilitado por D. Manuel I e de novo na posse dos bens da casa ducal de Bragança (que tinham sido confiscados por D. João II a seu pai, o Duque D. Fernando (II), na sequência da acusação de conspiração contra a vida do monarca), tinha concluído a construção da “Torre da Ponte” do Paço de Barcelos, obra que quedara interrompida e inacabada depois da execução do Duque D. Fernando (II) na Praça do Giraldo, em Évora. Por seu turno, em relação aos Paços Reais de Sintra, sabemos que, nesta mesma altura, se tinha dado por terminada a primeira fase da remodelação manuelina do Paço Real, que se plasma no *Livro Truncado da Receita e Despesa de André Gonçalves*, de 1508⁹. O monarca estava, nessa altura, a preparar uma nova, e mais radical, fase de obras, que envolveria a construção da nova ala de aposentos régios, à direita do Paço Joanino, e a construção da Torre da Sala dos Brasões, a nova sala de aparato do Paço Real, erguida em 1517. Parece-nos claro o motivo por que o monarca encomendou estas vistas ao seu *debu-xador*: uma vez concluído o seu périplo raiano, que começou em Castro Marim e terminou em Caminha, o monarca deve ter pedido ao seu Escudeiro que, no

⁹ Publicado por SABUGOSA, 1903: 221-243.

caminho de regresso a Lisboa, desenhasse igualmente uma vista de Barcelos e as três vistas de Sintra, para que o Venturoso tomasse conhecimento da solução final adquirida por aquelas estruturas arquitectónicas depois das obras recentemente concluídas. Ao contrário do que defende João José Alves Dias¹⁰, julgamos que não há motivos para suspeitar que estas quatro vistas tenham resultado de um acrescento feito em época posterior. Sublinhemos, de resto, que estas quatro vistas são mencionadas no índice do “livro primeiro”, no final da quarta folha, e sem diferença paleográfica que indicie tratar-se de um acrescento.

A terminar o exemplar da Caixa Forte da Torre do Tombo encadernou-se o “livro das prateiras”, que começa por anunciar: «Daqui se começa a prateira das fortalezas atrras debuxadas com suas alturas e larguras de muros e barreyras e etc». Também aqui divergimos ligeiramente de João José Alves Dias, que defende que a palavra *prateira* seria um sinónimo de “castelo”¹¹. Na realidade, a palavra *prateira* não é sinónimo de castelo ou fortaleza, mas sim de planta, como se pode deprender, por exemplo, do *Lyvro de Plantaforma das Fortalezas da Índia*, de Manuel Godinho de Herédia (Séc. XVI). Este “segundo livro” do manuscrito de Lisboa apresenta o desenho de 51 plantas, apenas dos castelos, ou seja, apenas da zona militar das povoações. São desenhos muitas vezes menos valorizados pelos estudiosos, mas plenos de informações. Faltam apenas as plantas de Assumar, Montalvão, Valença do Minho e Vila Nova de Cerveira. Nos primeiros casos a explicação parece simples: não existiam “castelos” propriamente ditos. Mas já o caso de Vila Nova de Cerveira parece mais difícil de explicar. Como é obvio, para as vistas de Barcelos e de Sintra não existem plantas (infelizmente...). Não eram estruturas militares, nem estavam situadas nos “estremos”. Não mereciam, por isso, uma atenção tão detalhada.

Em relação ao manuscrito da Biblioteca Nacional de Espanha, o mínimo que se pode dizer é que teve um itinerário atribulado e muitas vezes obscuro. Em primeiro lugar devemos assumir que desconhecemos o momento e as circunstâncias que o conduziram ao acervo de que hoje faz parte. Estando posta de lado a informação de Manuel Severim de Faria, redigida em 1625, que, como vimos, se reporta aos dois “livros” de Lisboa, ficamos sem saber como e quando o manuscrito de Madrid foi parar à Biblioteca Nacional de Espanha. Por outro lado, o manuscrito Mss 9241 (antigo Aa.98) é um original incompleto¹². Tem duas numerações: uma, antiga, inscrita no ângulo superior direito, que começa com o fl. 14 e vai até ao fl.

¹⁰ DIAS 2016: 30.

¹¹ DIAS, 2016: 31.

¹² Para a descrição do Ms. 9241 consulte-se o *Inventário General de Manuscritos de la Biblioteca Nacional*, tomo XIII (8500 a 9500), Madrid, BNE, 1995, p. 251.

32, não sendo os restantes fólhos numerados; e outra, moderna, registada em cima e ao centro dos fólhos, que vai de 1 a 71. Começemos por sublinhar que faltam os fólhos 1 a 13 da numeração antiga. Com efeito, o manuscrito que se preserva arranca com a metade direita da segunda vista de Assumar (fl. 14 da numeração antiga, que corresponde ao fl. 1 da numeração moderna). Faltam, ainda, os fólhos 17 e 32 (da numeração antiga), que não foram contemplados na numeração moderna. O fl. 17 ficaria entre as folhas 3 e 4; o fl. 32 entre as folhas 17 e 18 (da numeração moderna). Isso significa que eles já faltavam no momento em que foi introduzida a numeração moderna, no centro dos fólhos. Por seu turno, quando a numeração antiga foi registada o fólho 18 já estava rasgado e, por isso, o número foi exarado um pouco mais à esquerda do que era normal nos restantes fólhos. Podemos, portanto, deprender que a numeração antiga foi, igualmente, introduzida num momento posterior à criação do manuscrito, quando um dos seus fólhos já estava rasgado, mas quando ainda existiam os primeiros fólhos, hoje perdidos.

Portanto, e de acordo com a numeração antiga, registada no ângulo superior direito, no Manuscrito de Madrid faltam 13 fólhos, iniciando-se com a metade direita da segunda vista de Assumar (fl. 14). Mas, no Manuscrito de Lisboa, a correspondente vista de Assumar ocupa o fl. 36... Para trás ficam dezoito povoações retratadas com vistas de duplo fólho. Quais eram as vistas que estavam desenhadas nos fólhos de Madrid hoje desaparecidos? E quais as que não tinham sido desenhadas? E que significado se deve retirar disto: terão as vistas das povoações raianas sido realizadas em momentos distintos, a maioria numa viagem única, as restantes em visitas mais tardias? A presença dos fólhos em branco no Manuscrito de Lisboa (as vistas, ausentes mas programadas, de Alegrete, Portalegre e Marvão) parece sugerir que, realmente, o desenho do *Livro das Fortalezas* não foi todo realizado ao longo de uma mesma e única viagem... Mas também não é isso que transparece do itinerário viário final, onde Duarte de Armas descreve o percurso realizado entre cada fortificação, que parece resultar de uma viagem única.

Até 1921 o Manuscrito de Madrid (Mss 9241) era apenas composto pelos fls. 1 a 31 (da numeração moderna), a que se seguiam os fls. 56 a 71 (da numeração moderna). Havia, portanto, um enorme hiato a meio do livro¹³. Em 8 de Abril de 1921, no âmbito de uma revisão do acervo de manuscritos da Biblioteca Nacional de Espanha, foram recuperados 24 fólhos, que, por motivos desconhecidos e em momento também não esclarecido, tinham sido encadernados junto com o Mss

¹³ Por isso, o estudo de Manuel Gonzalez Simancas, editado em 1910-11, incide apenas sobre os fólhos que se conheciam, ignorando os fl. 18 a 31, só identificados em 1921.

8372, um volume intitulado *Papeles referentes al Reino de Portugal en el Siglo XVII*¹⁴. No entanto, a solução adoptada em 1921 foi pouco atenta, tendo-se colocado os novos fólhos no final do Mss 9241, que recebeu então uma nova encadernação, passando a ter a seguinte estrutura: a abrir os fls. 1 a 31 (da numeração moderna), seguidos dos fls. 56 a 71 (da numeração moderna), e terminando com os fls. 32 a 55 (da numeração moderna). Mas devemos registar ainda outras anomalias na ordenação dos seus fólhos. Com efeito, há vários casos onde os fólhos estão desorganizados. Isso acontece no “segundo grupo” de fólhos (56 a 71), e talvez tenha sido uma consequência do momento em que o manuscrito foi dividido fisicamente em duas partes. Ordenando-os, teríamos a seguinte sequência: fl. 59vº–67 (Melgaço, vista de Leste); fl. 67vº–61 (Melgaço, vista de Oeste); fl. 61vº–62 (Monção, vista de Leste); fl. 62vº–63 (Monção, vista de Oeste); fl. 63vº–64 (Lapela, vista de Leste); fl. 64vº–65 (Lapela, vista de Oeste); fl. 65vº–66 (Valença, vista de Norte); fl. 66vº–60 (Valença, vista de Sul); fl. 60vº–68 (Vila Nova de Cerveira, vista de Leste); fl. 68vº–69 (Vila Nova de Cerveira, vista de Oeste); fl. 69vº–70 (Caminha, vista de Leste); fl. 70vº–71 (Caminha, vista de Oeste); e, finalmente, o fl. 71vº, onde se registou o início de uma derradeira frase: “Este livro foy”.

O Manuscrito de Madrid levanta muitas questões. Quem foi o autor deste caderno de desenhos em papel de linho? A quem pertencia este segundo original? Quando foi levado para Madrid? Qual o seu lugar no contexto da produção do *Livro das Fortalezas*? Será realmente uma mera cópia, mais pobre, como defendia Armando Cortesão? Ou trata-se de uma obra autónoma? E qual foi realizado em primeiro lugar: o manuscrito de Lisboa ou o manuscrito de Madrid?

Antes de tentar responder a estas questões, importa abordar a biografia do seu autor. Sobre Duarte de Armas sabemos pouco, embora as investigações mais recentes, de M. S. Castelo Branco e de J. J. Alves Dias, tenham contribuído com novos dados. Que era Escudeiro de D. Manuel I, não resta dúvida. Ele próprio assim se declara na abertura do Códice de Lisboa: «Este livro he das fortalezas que sam setuadas no estremo de Portugall e Castella feyto per Duarte Darmas escudeyro da casa do mujto alto e poderoso e serenjsymo Rey e Sôr dom Emanuel ho prymeyro Rey de Purtugall e dos Algarves daquem e dallem maar em Afryca Senhor da Gujnee e da conquista e navegaçaaom e comercyo de Ethiopia Arabya Persia e da India e etc.».

A primeira referência documental conhecida para Duarte de Armas remonta a 13 de Novembro de 1491. Trata-se de uma carta de alvará de D. João II redigida

¹⁴ Para uma descrição completa do Ms. 8372 da Biblioteca Nacional de Espanha consulte-se o *Inventário General de Manuscritos de la Biblioteca Nacional*, tomo XII (7001 a 8499), Madrid, 1988, pp. 314-315. Os fólhos em causa encontravam-se entre as folhas 74 e 87 do Ms 8372.

pelo próprio Duarte Darmas: «... feita em Lisboa, aos 13 dias de novembro, Duarte d'Armas a fez, ano de 1491». O documento, localizado por Manuel da Silva Castelo Branco, foi atribuído a 14 de Novembro de 1492¹⁵, mas a sua data foi corrigida por João Alves Dias¹⁶. Até ao final do séc. XV só conhecemos outro documento: uma carta de quitação de D. Manuel I, datada de 3 de Junho de 1500, reportando-se ao ano de 1498: «Duarte d'Armas recebedor que foi da nossa Chancelaria da Corte o ano passado de 98»¹⁷. O terceiro documento conhecido, já no séc. XVI, é um recibo datado de 11 de Junho de 1503, que se revela particularmente importante por nos revelar o nome de seu pai (Rui Lopes) e a sua profissão (escrivão na Torre do Tombo): «... conheço eu Duarte Darmas que he verdade que receby de Pedro Alvarez requeredor do Paço da Madeyra mjll e duzentos reais os quaes eu delle receby pera os levar a meu pay Ruj Lopez escryvam da Tore do Tombo ...»¹⁸. Na perspectiva de Manuel da Silva Castelo Branco, Duarte de Armas seria filho de Rui Lopes de Veiros, Bacharel em Direito Canónico, Notário Apostólico e Escrivão da Torre do Tombo.

Em 1507 D. Manuel I mandou Duarte de Armas desenhar as barras de Azamor, Mámora (hoje *Mehdia*), Salé e Larache, no Norte de África. Quem nos transmite esta informação é Damião de Góis, na sua *Chronica do Felicissimo Rei Dom Emanuel...*, 1566-67, Cap. XXVII, onde regista: «Quomo elRei todo ho tempo que viveo, trabalhasse muito por fazer guerra ahos Reis de Fez, Miquinez, & Marrocos, & a outra provinçias de Mouros, que sam da conquistas destes Regnos, Mandou no anno atras de mil & quinhentos & sette, dom João de Meneses com tres caravelas, & hum navio de remo, sondar ha barra Dazamor, da Mámora, de Çale, & de Larache, & com elle Alvaro Ribeiro, & Gonçalo Rebeiro dous cavalleiros de Lagos, & Sebastião Rodriguez Berrio, & Pero Berrio seu sobrinho, de Tavira, & hum Duarte Darmas, grande pintor, que traçou & debuxou has entradas destes rios, & ha situaçam da terra»¹⁹. A expedição iniciou-se em 1507 mas D. João de Meneses só regressou ao reino em 1508.

Esta encomenda do monarca não foi caso isolado. Para além do *Livro das Fortalezas*, D. Manuel I fez uma terceira encomenda ao seu *Escudeiro*. Em data não determinada, o monarca mandou-o desenhar uma “estátua equestre” aparecida na Ilha do Corvo: «...Esta imagem, que saia maciça da mesma laje, mandou el-Rei D.

¹⁵ CASTELO BRANCO, 1990: 8.

¹⁶ DIAS, 2016: 21.

¹⁷ DIAS, 2016: 21.

¹⁸ CASTELO BRANCO, 1990: 8; DIAS, 2016: 21.

¹⁹ GÓIS, 1929, vol. 2: 82-83.

Manuel tirar pelo natural, por um seu criado debuxador, que se chamava Duarte d’Armas ...»²⁰.

A derradeira referência documental conhecida remonta a 11 de Novembro de 1516 e é uma pública forma «feita em Lisboa a 19 dias do mês de outubro sob nossos sinais e selos, Duarte d’Armas, notário apostólico a fez, ano do nascimento de Nosso Senhor Jesus Cristo de 1516 anos»²¹.

Apesar de escassas, estas referências documentais ajudam a traçar o percurso biográfico de Duarte de Armas, que teria sido Escrivão de D. João II (1491), Recebedor da Corte (1498) e Notário Apostólico (1516). Isto partindo do princípio, como julgamos ser plausível, que se trate da mesma pessoa. Mas João Alves Dias suspeita que possa haver homónimos e que os documentos não respeitem sempre à mesma pessoa²².

Para além das desaparecidas vistas de Azamor, Mámora (*Mehdia*), Salé e Larache, no Norte de África, e do desenho da misteriosa estátua equestre aparecida na Ilha do Corvo, também desaparecido, têm sido atribuídas a Duarte de Armas outras obras, por afinidades estilísticas. A mais pacífica destas atribuições é a que respeita à vista de Évora que abre a cópia do Foral Novo de Évora, outorgado a 1 de Setembro de 1501. Há, realmente, evidentes afinidades estilísticas entre esta vista e as que integram o *Livro das Fortalezas*. Se mais não fosse, compare-se o pormenor do guindaste da Igreja de S. Francisco de Évora com o pormenor do guindaste na vista de Penamacor do exemplar de Madrid (fl. 18v), pormenor infelizmente omitido na versão de Lisboa. Jorge Segurado pretendeu também atribuir a Duarte de Armas a célebre “Vista de Lisboa” da Biblioteca da Universidade de Leyden²³, mas julgamos que esta pretensão carece de fundamento. Já Ayres de Carvalho, com recurso às marcas de água dos papéis, tinha atribuído o desenho a cerca 1570-80²⁴, cronologia que foi recuada por Irisalva Moita, com argumentos convincentes, para cerca de 1535-1556²⁵, mas, em todo o caso, demasiado tardia para se poder atribuir ao Escudeiro de D. Manuel.

Quando foi desenhado o *Livro das Fortalezas*? Já vimos que em 1507-08 Duarte de Armas estava no Norte de África, acompanhando D. João de Meneses. O manuscrito não é datado, mas encerra muitos elementos cronológicos. Analisando os nomes dos Alcaldes das fortificações, muitas vezes indicados por Duarte de Armas, os autores que se debruçaram sobre este manuscrito defenderam diferentes crono-

²⁰ GÓIS, 1567, Cap. IX: 9v.

²¹ DIAS, 2016: 23.

²² DIAS, 2016, p. 21

²³ SEGURADO, 1978.

²⁴ CARVALHO, 1987: 253-254.

²⁵ MOITA, 2009.

logias: Armando Cortesão (1935) entendia que poderia ser balizado entre 1509-1516; Alfredo Pimenta (1944) preferia 1504-1510; Manuel da Silva Castelo Branco (1990) atribuí-o a finais de 1508-inícios de 1510. A datação mais rigorosa é a deste último autor, mas ela encerra uma “*discrepância*” difícil de explicar: em Monsanto e em Castelo Mendo é indicado como alcaide D. Pedro de Castro, que só se documenta como senhor de Monsanto entre 1519 (altura em que herda os títulos de sua mãe) e 1529 (ano da sua morte)²⁶. O autor procura justificar defendendo que, quando Duarte de Armas passou por estas estruturas, D. Pedro de Meneses já era o “herdeiro presuntivo” da casa de sua mãe, D. Joana de Castro, o que na realidade apenas veio a acontecer em 1519²⁷.

A análise do Quadro dos Alcaides, de M. S. Castelo Branco, revela, realmente, que o manuscrito tinha de estar a ser executado em 1509: o Alcaide de Castro Marim era Simão Correia, que desempenhou essas funções entre 1508 e 1510; em Elvas ainda aparece mencionado João Rodrigues Cabiçalvo, Alcaide Pequeno, que deixa o cargo em 1509; e em Vilar Maior o Alcaide Pequeno ou Menor era Henrique Correia, que abandona o cargo em 1510.

Mas, a datação do manuscrito pela lista dos Alcaides parte de um pressuposto: que a visita foi realizada de forma contínua, começando em Castro Marim e terminando em Caminha, e que, portanto, encerra um único momento. Terá sido assim? Duarte de Armas terá realizado a sua viagem de um só fôlego? Quanto tempo demoraria a percorrer a fronteira e a desenhar os castelos? Manuel da Silva Castelo Branco propunha que a sua viagem tivesse demorado 7 meses e que tivesse começado na Primavera de 1509 e terminado em Setembro desse ano²⁸. Seria possível desenhar 55 castelos em cerca de 186 dias? Isso daria uma média de 3,4 dias por castelo, compreendendo neste número as viagens e o tempo gasto a desenhar duas vistas, a realizar a planta e a tomar medidas... Parece-nos manifestamente pouco.

De resto, e como vimos, no manuscrito de Madrid faltam 13 fólios, mas estão ausentes as 36 primeiras vistas do manuscrito de Lisboa. Existiria outro caderno onde se desenharam essas vistas? E se sim, os dois cadernos resultariam da mesma viagem? Ou seriam o espelho de diferentes jornadas?

Deixando de lado os casos em que existe concordância, analisemos as diferenças detectadas entre os Alcaides mencionados nos manuscritos de Madrid e de Lisboa, sintetizadas no seguinte Quadro:

²⁶ CASTELO BRANCO, 1990: 15.

²⁷ CASTELO BRANCO, 1990: 15, nota 94; vd. também FREIRE, 1973, III: 292 e 393.

²⁸ CASTELO BRANCO, 1990: 16.

Estrutura	Manuscrito de Madrid	Manuscrito de Lisboa
Segura	«Alcayde Moor Lço de Bryto» (fl. 11 e 12)	«Alcayde Lço» (estando as letras Lço raspadas) (fl. 56)
Salvaterra do Extremo	«Alcayde moor Lço de Bryto» (fl. 13 e 14)	«Alcayde» [em branco] (fl. 57)
Sabugal	«Alcayde moor dom Diogo de Castro» (fl. 20 e 21)	«Alcayde» [em branco] (fl. 64)
Almeida	«Alcayde dom Pº irmão do Marquez» (fl. 28 e 29)	«Alcayde Moor ho Marquez» (fl. 73)
Vilar Maior	«Alcayde pequeno Amryque Corea por Dona Filipa mulher que foi do Sor Dom Alvaro» (fl. 22 e 23)	«Alcayde Amrique Corea» (fl. 67)
Vinhais	«Alcayde moor dom Affonso fº do Conde dAtouguia» (fl. 46)	«Alcayde Dom Aº dAtayde» (fl. 91)
Monforte de Rio Livre	«Alcayde moor dom Affonso fº do Conde dAtouguia» (fl. 48)	«Alcayde Dom Afonso dAtayde» (fl. 93)
Portelo	«Alcayde no no vy p q no achei ninguem dentro da fortaleza» (fl. 54 e 55)	«Alcayde moor Joham de Sousa» (fl. 99)

Que podemos extrair destas discrepâncias? Elas parecem indicar que o manuscrito de Madrid é um pouco mais antigo que o de Lisboa. Nos casos de Segura e de Salvaterra do Extremo, podemos deduzir que Duarte de Armas visitou os castelos quando D. Lourenço de Brito ainda estava vivo, mas que, quando realizou o Ms. de Lisboa ele já tinha falecido. Como D. Lourenço de Brito, copeiro-mor de D. Manuel I, morreu a 1 de Março de 1510²⁹, isso significa que o Ms. de Madrid foi desenhado antes dessa data, e que o de Lisboa copiado depois dessa data. D. Lourenço de Brito tinha evidentes interesses nesta zona do reino: foi Freire da Ordem do Cristo³⁰, tendo chegado a Comendador Mor da Ordem³¹; para além de ter sido Alcaide de Segura e de Salvaterra do Extremo, detinha as Comendas de Castelo Novo, de Alpedrinha e de Torre do Arrizado em 26 de Janeiro de 1493³², tendo trocado as duas primeiras, em 8 de Maio de 1493, por uma tensa anual de 100.000 reais³³. A 18 de Novembro de 1505 detinha as Alcaidarias de Segura e de Salvaterra do Extremo³⁴. Acompanhou D. Francisco de Almeida ao Oriente, falecendo numa viagem de regresso na Aguada do Saldanha, junto do Cabo da Boa Esperança (África do Sul).

²⁹ CASTELO BRANCO, 1990: 16.

³⁰ SILVA, 2002: 417.

³¹ COSTA, 2007: 228.

³² SILVA, 2002: 417.

³³ COSTA, 2007: 94.

³⁴ SILVA, 2002: 418.

No caso do Sabugal é difícil de compreender a hesitação no Ms. de Lisboa. Mas no caso de Almeida parece claro que a informação recolhida no local (registada no Ms. de Madrid) foi corrigida quando estava a realizar o Ms. de Lisboa. O Alcaide Mor de Almeida era, formalmente, D. Fernando de Meneses, 2º Marquês de Vila Real, mas este delegou em D. Pedro de Noronha, seu irmão por linha bastarda³⁵.

Em Vilar Maior, Duarte de Armas regista, no exemplar de Madrid, o nome de Henrique Correia como Alcaide Menor em nome de D. Filipa de Melo, filha de Rui de Melo, Conde de Olivença³⁶ e viúva de D. Álvaro de Portugal, falecido a 4 de Março de 1504³⁷. D. Filipa de Melo faleceu antes de 28 de Fevereiro de 1516³⁸. Mas Henrique Correia deixou de ser Alcaide em 1510.

Nos casos de Vinhais e de Monforte de Rio Livre, as diferenças entre os manuscritos de Madrid e de Lisboa não são mais do que uma precisão no apelido. Nos dois casos, o manuscrito de Madrid refere a circunstância de ser filho do Conde de Atouguia, no exemplar de Lisboa elimina-se essa referência e indica-se o apelido. E, com efeito, D. Afonso de Ataíde, filho de D. João de Ataíde (que não chegou a ser Conde), foi o 3º Conde de Atouguia, tendo recebido a alcaidaria de Monforte de Rio Livre em 24 de Outubro de 1503³⁹. Uma vez mais parece que os dados recolhidos por Duarte de Armas no terreno (registados no Ms. de Madrid), foram depois corrigidos no momento de realizar a cópia do Ms. de Lisboa.

Portelo é um dos casos mais interessantes: no exemplar de Madrid, Duarte de Armas confessa (numa frase registada na primeira pessoa do singular) que, no local, não encontrou ninguém. Posteriormente conseguiu apurar o nome do Alcaide Mor, registando-o no Ms. de Lisboa. Esta observação sedimenta a nossa convicção de que o manuscrito de Madrid é o «caderno de campo» de Duarte de Armas.

Portanto, da lista dos Alcaldes das 55 fortificações podemos deduzir:

- i) Que o levantamento de campo começou a ser realizado depois de 14 de Novembro de 1508 (data da 1ª referência a Simão Correia como Alcaide Mor de Castro Marim) e antes de 1510 (data em que este abandona a Alcaidaria⁴⁰).
- ii) Que a zona de Segura e Salvaterra do Extremo foi visitada antes de 1 de Março de 1510 (estando D. Lourenço de Brito ainda vivo).
- iii) Que o códice de Madrid terá sido realizado em primeiro lugar, e que o manuscrito de Lisboa, criado depois de Março de 1510, foi realizado a partir daquele.

³⁵ CASTELO BRANCO, 1990: 15, nota 93.

³⁶ FREIRE, 1973, III: 324-25.

³⁷ FREIRE, 1973, III: 368.

³⁸ FREIRE, 1973, III: 368; PIMENTA, 1944: 32-33.

³⁹ PIMENTA, 1944: 30.

⁴⁰ CASTELO BRANCO, 1990: 16.

Como referimos no início deste estudo, o manuscrito de Madrid foi feito em papel de linho. Por isso, ele encerra outros elementos susceptíveis de datação: as filigranas ou marcas de água. Apenas Armando Cortesão e Manuel Gonzalez Simancas tentaram explorar um pouco esta perspectiva⁴¹. Ao longo do códice de Madrid foram utilizados papéis com três marcas de água distintas, distribuídos por grupos homogêneos⁴²:

Primeiro grupo: marca de água com mão esquerda aberta, pulso desenhado, e, em cima, ligado por segmento de recta ao dedo anelar, uma flor de cinco pétalas. Na palma da mão foi grafada a letra P.

Segundo grupo: marca de água com mão esquerda aberta, pulso desenhado e flor de seis pétalas com círculo central. Não apresenta qualquer letra grafada na palma da mão ou na zona do pulso.

Terceiro grupo: marca de água constituída apenas pela letra B, em que as extremidades da haste vertical rematam com pequenos círculos ou aselhas.

Recorrendo à clássica obra de Charles-Möise Briquet, à monumental base de dados do Bernstein Project (Projecto «Memory of Paper», on line) e à base portuguesa do Projecto TECNICELPA⁴³, conseguimos identificar alguns paralelos. Apesar dos esforços não conseguimos encontrar paralelo rigoroso para a primeira marca de água. Armando Cortesão também não tinha sido mais feliz, mas Manuel Gonzalez Simancas referiu que encontrou essa marca em papel de 1498, utilizado num Livro de Visitações da Ordem de Santiago⁴⁴. Na base portuguesa do Projecto TECNICELPA encontramos uma marca aparentada, mas não rigorosamente igual, na edição impressa das *Ordenações Manuelinas*, Livro II⁴⁵.

Para a segunda marca – a mão encimada por flor de seis pétalas – identificamos vários paralelos. O motivo aproxima-se bastante do n.º 11.165 de Briquet, que corresponde a papel dos inícios do séc. XVI (Perpignan, 1505)⁴⁶, embora tenha pequeníssimas diferenças de pormenor. Tem paralelos estreitos com marca de água presente num incunábulo da Biblioteca Histórica da Universidade de Valência, registada na base de dados do IVCR (Institut Valencià de Conservació i Restauració de Béns Culturals) (Ref^a. ES-VLC-BH_INC.170_b), bem como na marca de água n.º 711 da WIGB (Watermarks in Incunabula Printed in Great Britain), em papel utilizado em incunábulo de c. 1500. E ocorre em papéis portugueses das duas

⁴¹ CORTESÃO, 1935:113, nota 1; GONZALEZ SIMANCAS, 1910-11, vol. 25: 62.

⁴² Agradecemos à Dr^a. Maria José Rocio Zamorano, do Servicio de Manuscritos e Incunables da BNE, as informações prestadas.

⁴³ SANTOS, 2015.

⁴⁴ GONZALEZ SIMANCAS, 1911: vol. 25: 62.

⁴⁵ SANTOS, 2015, Inv. MM 107.

⁴⁶ BRIQUET, 1923, vol. 3: 568.

primeiras décadas do século XVI recenseados no Projecto TECNICELPA com os números Inv. MJ 662a, MM 140 e MM 105⁴⁷.

Por fim, para a terceira marca de água – a letra B – que Armando Cortesão associou à marca Briquet 8027⁴⁸, discordamos dessa identificação, preferindo associar antes à marca Briquet 8031, aparecida em papel de Vannes de 1513⁴⁹, que é absolutamente idêntica à nossa.

A análise das marcas de água confirma, portanto, que estamos perante papel produzido muito provavelmente na primeira década do séc. XVI.

É tempo de tentar responder à pergunta central: porquê dois manuscritos? Na análise da lista dos Alcaides já deixamos transparecer a nossa opinião. Julgamos que o manuscrito que hoje se conserva na Biblioteca Nacional de Espanha, em Madrid, pode ser considerado o «caderno de campo» de Duarte de Armas. Por isso ele utilizou papel de linho, um material mais económico do que o pergaminho, tendo este sido destinado para a obra final, entregue a D. Manuel I. Neste sentido, e como já vimos a partir da análise interna das discrepâncias no registo dos Alcaides, julgamos que o exemplar de Madrid é um pouco mais antigo que o manuscrito pergamináceo de Lisboa. Temos vários indícios de que o manuscrito de Madrid é o «caderno de campo».

O volume da Biblioteca Nacional de Espanha recebeu uma nova encadernação depois de 1921, mas preserva a velha encadernação, em pergaminho, no final do volume. E aqui há dois elementos que cumpre valorizar. Na capa, em letras capitais, hoje muito delidadas, lê-se a inscrição «IN HOC SIGNO VINCES», o lema que D. Manuel I utilizou no reverso dos Tostões de prata e dos Portugueses e Meios Portugueses de ouro e que depois foi tão usual no reverso dos numismas portugueses até ao reinado de D. Maria II. Manuel Gonzalez Simancas e Armando Cortesão, que viram a obra em melhor estado, registam a leitura que hoje, a custo, ainda se consegue confirmar⁵⁰. Mas, sumamente mais importante é um pequeno registo que se encontra na contra-capas e que hoje se apresenta como virtualmente ilegível. Manuel Gonzalez Simancas refere que leu aqui, com auxílio de “reagente químico”, a seguinte frase: «D duarte Darmas e este llybro»⁵¹. Esta pequena frase é de uma enorme relevância: ela esclarece que o volume de Madrid pertenceu, outrora, ao próprio Duarte de Armas.

Mas ao longo do manuscrito de Madrid há vários pormenores que, devidamente valorizados, confirmam a nossa opinião. As vistas foram desenhadas nos próprios

⁴⁷ SANTOS, 2015.

⁴⁸ CORTESÃO, 1935: 113, nota 1.

⁴⁹ BRIQUET, 1923, vol. 3: 435.

⁵⁰ GONZALEZ SIMANCAS, 1910-11, XXII: 378; CORTESÃO, 1935: 113.

⁵¹ GONZALEZ SIMANCAS, 1910-11, XXII: 378; também referido por CORTESÃO, 1935: 115).

locais e, para abreviar o trabalho, nas áreas limítrofes ou periféricas dos povoados, nos arrabaldes, Duarte de Armas anotou “instruções” (a presença de olivais, de castanhais, de vinhas, de hortas, etc) para que, mais tarde, quando estivesse a fazer a versão final, soubesse como completar as representações dessas zonas. Essas legendas foram suprimidas no manuscrito de Lisboa e substituídas pelos respectivos desenhos. Atente-se, por exemplo, na vista de Castelo de Vide. No exemplar de Madrid, nos arrabaldes da vila aparecem legendas indicando «oliveyras», «castanhaes» e «ribeyrynha» (fl. 3vº moderno = fl. 16vº antigo). No exemplar de Lisboa as legendas desaparecem e foram substituídas por arvoredos (fl. 42vº). Na vista de Nisa foram anotadas «vinhas e olivales» e «vinhas» (fl. 5vº-6 moderno = fl. 19vº-20 antigo), legendas que uma vez mais desaparecem no exemplar de Lisboa, sendo substituídas por desenhos (fl. 48vº-49). Na vista de Castelo Branco assinala-se, em legendas, «olivales», «rosyo», «estalagens», «hermida», «porta» e «relogio» (fl. 6vº-7 moderno = fl. 20vº-21 antigo). No exemplar da Torre do Tombo todas as legendas desaparecem, e a dos «olivales» foi substituída por um bosque frondoso (fl. 51vº-52). Acresce que a casa correspondente à estalagem, por omissão da legenda, deixou de ser identificada como tal, passando por uma comum habitação. A outra vista de Castelo Branco é igualmente elucidativa, bastando comparar-se os desenhos de Madrid (fl. 7v-8 moderno = fl. 21vº-22 antigo) e de Lisboa (fl. 52vº-53) e a substituição das “indicações gerais” por desenhos. Julgamos que não é necessário avançar com mais exemplos. Mas não queremos deixar de acrescentar um derradeiro argumento: o manuscrito de Madrid é omissivo em pormenores “ornamentais” (como os “auto-retratos” com pajem, ou os pormenores da vida quotidiana), que aparecem com alguma frequência no exemplar de Lisboa. É o caso do pormenor da fonte de Ouguela com as mulheres a recolherem água (fl. 30), do poço em Montalvão também com mulheres (fl. 50), do almocreve em Castelo Branco (fl. 52), do enforcado em Bragança (fl. 90). Estes pormenores não foram desenhados nos próprios locais, mas resultam da imaginação de Duarte de Armas, que pretendeu enriquecer algumas das vistas com pormenores do quotidiano. A única exceção será talvez o altar popular da vista do Sabugal, com as duas imagens de madeira, velhas, que está presente nos dois manuscritos (ms. Madrid, fl. 19vº; ms. Lisboa, fl. 65).

O manuscrito de Madrid resulta, ainda, de um registo contínuo, o que não acontece com o exemplar de Lisboa, onde, planeando realizar futuras viagens, Duarte de Armas deixou alguns fólhos reservados para locais que não tivera oportunidade de visitar e desenhar. No exemplar madrileno ao fólho de Assumar sucede-se, no verso, o fólho de Alpalhão. No manuscrito de Lisboa, o fólho de Assumar é o fl. 36 e o de Alpalhão é o fl. 40vº. De permeio, apresenta vários fólhos em branco ou ausentes mas contabilizados na numeração (fl. 36vº a fl. 40). No índice, como vimos, estão destinados a Alegrete e a Portalegre. Isto significa que Duarte de Armas nunca

visitou ou desenhou Alegrete e Portalegre (no seu caderno de campo, o manuscrito de Madrid, não estão presentes) mas que planeou voltar mais tarde, para desenhar os castelos em falta. Do mesmo modo, no códice de Madrid, ao fl. 18 antigo (fl. 4 moderno) que retrata Castelo de Vide, sucede o fl. 18vº (fl. 4vº moderno) que retrata Nisa. Não falta nenhuma folha. No exemplar da Torre do Tombo, entre o fl. 44 (Castelo de Vide) e o fl. 48v (Nisa) há dois fólhos em branco (Fl. 44vº-45 e 45vº-46), reservados, no índice, para as vistas de Marvão, que Duarte de Armas nunca visitou nem desenhou. Sinal, uma vez mais, que planeou regressar à fronteira, para concluir a sua missão.

Se o manuscrito de Madrid nos prova que há locais que Duarte de Armas não visitou durante o seu percurso, mas planeou lá regressar (Alegrete, Portalegre, Marvão), também temos casos inversos: no exemplar da BNE, à vista de Nisa (fl. 19vº-20 antigo = fl. 5vº-6 moderno), sucede a vista de Castelo Branco (fl. 20vº-21 antigo = fl. 6vº-7 moderno). No manuscrito de Lisboa, entre as vistas de Nisa (fl. 48vº-49) e Castelo Branco (fl. 51vº-52) encontramos as duas vistas de Montalvão. Quando foram feitas? Numa segunda deslocação? Ou a partir de outros apontamentos? É mais um dado a apontar para a possibilidade de ter havido mais do que uma deslocação. Como referimos acima, a propósito dos 13 fólhos que faltam no início do manuscrito de Madrid, que correspondem a 36 fólhos do manuscrito lisboeta, são vários os indícios que apontam para a possibilidade de várias viagens. O «caderno de campo» de Duarte de Armas parece ser o resultado da principal viagem, em que a maior parte das fortalezas foi visitada. Mas houve casos que tiveram de ser desenhados noutra ocasião (mais cedo ou mais tarde?). E houve viagens programadas que, muito provavelmente, nunca se chegaram a concretizar.

Mas há outros problemas que não conseguimos resolver. A ausência das plantas (“prataformas”) dos castelos no manuscrito de Madrid, por exemplo. Teria Duarte de Armas um outro caderno apenas destinado às *prataformas*? A ausência das vistas de Barcelos e de Sintra, que não surgem no exemplar de Madrid. Terão sido, tal como Montalvão, desenhadas em deslocação distinta? Ou haveria mais do que um caderno?

Para a datação dos dois manuscritos a vista de Almeida assume uma particular importância. Comparando a primeira vista de Almeida do exemplar de Madrid (fl. 27vº-2) com a sua congénere do manuscrito de Lisboa (fl. 72vº-73), há diferenças assinaláveis: no manuscrito de Lisboa aparece desenhada uma barreira ou barbacã, com torreões redondos dotados de troeiras e a legenda «*Esta barreyra e coberlos se fizerom novos*». Por seu turno, na segunda vista de Almeida, no manuscrito madrileno (fl. 28vº-29) aparece a legenda «*Esta rareyra [sic] he nova quanto diz ante a porta s. ho que parece nesta pintura*» (parecendo indicar que haveria epígrafe junto da porta), enquanto no exemplar de Lisboa a legenda desaparece

e é substituída pelo desenho de uma barbacã com torreões redondos dotados de troeiras (fl. 73vº-74). As diferenças entre as duas vistas não parecem resultar de intervenção no “gabinete”, antes sugerindo um segundo desenho. E o que sabemos do ritmo de obras militares em Almeida? A 8 de Setembro de 1508, D. Manuel I mandou Mateus Fernandes (III) fazer uma vistoria às obras da “barreira” (barbacã) de Almeida que o biscainho Francisco Danzillo estava a fazer⁵². Conhecemos o recibo de Mestre Mateus Fernandes (III) relativo às despesas realizadas durante esta visita de 1508 a Almeida, datado de 10 de Novembro de 1512⁵³. Martim Lourenço, que acompanhou Mateus Fernandes na visita a Almeida, recebeu em 27 de Outubro de 1508, o pagamento relativo aos 28 dias que durara a viagem⁵⁴. E, por fim, sabemos que Francisco Danzillo estava, na Quaresma de 1511, em Tavira, pronto para partir para o Norte de África, onde trabalhou na grande campanha de renovação de Alcácer Ceguer, Ceuta, Tanger e Arzila⁵⁵. Estes dados documentais parecem sugerir que Duarte de Armas terá visitado Almeida uma primeira vez, antes de 1508, quando as obras estavam a iniciar-se (como refere na legenda da segunda vista), mas que pouco depois regressou a Almeida, para anotar o aspecto final que as obras tinham assumido. O ritmo de obras das defesas de Almeida são, por isso, importantes para caracterizarmos a cronologia relativa dos dois manuscritos do Escudeiro de D. Manuel I.

Concluindo, o manuscrito de Madrid parece-nos ser o “caderno de campo” de Duarte de Armas, com todas as implicações que de aqui decorrem: que se trata de um original um pouco mais antigo que o exemplar de Lisboa; que as vistas das povoações do manuscrito de Madrid devem ser entendidas como mais fidedignas que as de Lisboa (porque foram realizadas no local, e sem acrescentos estereotipados); que as legendas do manuscrito de Madrid são, de uma maneira geral, mais interessantes que as do exemplar de Lisboa (com excepção de toda a derradeira parte, respeitante às *prataformas*, onde, infelizmente não dispomos dos desenhos originais e só conhecemos a versão de Lisboa); que os pormenores pitorescos do manuscrito de Lisboa e o tratamento dado aos espaços periféricos das povoações (com as suas hortas, vinhas, propriedades vedadas, campos agricultados, etc.) devem ser entendidos como “criação livre” de Duarte de Armas, devendo ser encarados com bastantes reservas, não passando de representações estereotipadas. Julgamos que a obra de Duarte de Armas deve ter sido feita em várias deslocações, e não numa única (como recomendam o exemplo de Almeida, a ausência das vistas de

⁵² VITERBO, I: 271.

⁵³ VITERBO, I: 339.

⁵⁴ VITERBO, II: 85 e 90.

⁵⁵ VITERBO, I: 273-274.

Montalvão no Ms. Madrid, e o teor de algumas legendas), e isso dificulta o trabalho de datação do original por meio da lista de Alcaides, porque ela deixa de corresponder a um único momento. Finalmente, julgamos que o manuscrito de Madrid, ligeiramente mais antigo, será de 1508-inícios de 1510 (anterior a Março de 1510). E que o manuscrito de Lisboa, trabalho de gabinete destinado a D. Manuel I, deve ter sido executado pouco depois de Março de 1510, quando já tinha chegado ao reino a notícia da morte de D. Lourenço de Brito, na *Aguada do Saldanha*.

BIBLIOGRAFIA

Edições do Livro das Fortalezas

- ALMEIDA, João de (1943) – *Reprodução Anotada do Livro das Fortalezas de Duarte Darmas*. Lisboa: Editorial Império.
- CASTELO BRANCO, Manuel da Silva (1990) – Duarte de Armas, *Livro das Fortalezas. Fac-simile do Ms. 159 da Casa Forte do Arquivo Nacional da Torre do Tombo*, com Introdução e Notas de Manuel da Silva Castelo Branco. Lisboa: INAPA/ANTT (2ª ed., 1997; 3ª ed., 2006).
- DIAS, João José Alves (2016) – *Duarte de Armas, Livro das Fortalezas*, Ed. de João José Alves Dias. Lisboa: Caleidoscópio/Academia Internacional de Cenografia.

Estudos

- BARROCA, Mário Jorge (2003) – *Tempos de resistência e de inovação: a arquitectura militar portuguesa no reinado de D. Manuel I (1495-1521)*. «Portvgalia», Nova Série, vol. 24, Porto, p. 95-112.
- (2014) – *Representações de Espaços Urbanos do Noroeste de Portugal nos alvares da Época Moderna*. In VIGO TRASANCOS, Alfredo, coord. – *La Ciudad y la Mirada del Artista. Visiones del Atlántico*. Santiago de Compostela: Universidad de Santiago de Compostela, p. 419-435.
- BOISSELLIER, Stéphane (2002) – *Les relations entre l'habitat et les châteaux dans le sud du Portugal à la fin du Moyen Âge (d'après le Livro das Fortalezas de Duarte Darmas): Évolution depuis la Reconquête*. In FERNANDES, Isabel Cristina Ferreira, coord. – *Mil Anos de Fortificações na Península Ibérica e no Magreb (500-1500)*. Palmela: Câmara Municipal de Palmela, p. 497-508.
- CASTELO BRANCO, Manuel da Silva (1990a) – O «Livro das Fortalezas» de Duarte de Armas, «Oceanos», vol. 5. Lisboa: CNCDP, pp. 117-122.
- (1994) – *O Livro de Duarte de Armas*. In MOREIRA, Rafael (Coord. de) – *Arquitectura Militar na Expansão Portuguesa*. Porto: CNCDP, pp. 101-106.
- CORTESÃO, Armando (1935) – *Cartografia e cartógrafos portugueses dos séculos XV e XVI (Contribuição para um estudo completo)*, vol. II. Lisboa: Ed. Seara Nova, pp. 110-120.
- DE BOOS, Emmanuel (1998) – *Larmorial d'Auvergne, Bourbonnois et Forestz de Guillaume Revel*, 3 volumes.

- DIAS, João José Alves (1996) – *Gentes e espaços: em torno da população portuguesa na primeira metade do século XVI*, Lisboa.
- DURAND, Robert (1993) – *Frontière, fortifications et villes au Portugal d'après le Livro das Fortalezas (début XVIe siècle)*. In BOURIN, Monique, coord. – *Villes, bonnes villes, cités et capitales. Études d'Histoire Urbaine (XIIIe-XVIIIe siècles) offertes à Bernard Chevalier*. Caen, p. 231-237.
- FARIA, Manuel Severim de (1655) – *Noticias de Portugal oferecidas a ElRey N. S. Dom Ioão o IV*. Lisboa: Oficina Craesbeeckiana.
- FOURNIER, Gabriel (1973) – *Châteaux, villages et villes d'Auvergne au xv^e siècle d'après l'armorial de Guillaume Revel*. «Bibliothèque de la Société française d'archéologie» n^o 4, Édition Arts et Métiers Graphiques.
- FREIRE, Anselmo Braamcamp (1973) – *Brasões da Sala de Sintra*, 3 vols., Lisboa: INCM.
- GOIS, Damião de (1567) – *Chronica do Príncipe Dom João...*, Lisboa.
- (1929) – *Crónica do Felicíssimo Rei D. Manuel*, vol. II, Coimbra: I.U.
- GONÇALVES, Iria (2005-2006) – *Percorrendo a fronteira na companhia de Duarte de Armas*. «Media Aetas», 2^a Série, vol.2, Ponta Delgada, p. 67-100.
- GONZALEZ SIMANCAS, Manuel (1910-11) – *Plazas de guerra y castillos medioevales de la frontera de Portugal (Estudios de Arquitectura Militar)*. «Revista de Archivos, Bibliotecas y Museos», Madrid, vol. 22, 1910, p. 372-396; vol. 23, 1910, p. 81-117; p. 244-287; p. 375-387; vol. 24, 1911, p. 1/19; e vol. 25, 1911, p. 18/63.
- LAFFONT, Pierre-Yves, coord. (2011) – *L'Armorial de Guillaume Revel*, DARA (Documents d'Archéologie en Rhône-Alpes et en Auvergne), Ed. ALPARA.
- MONTEIRO, João Gouveia (1999) – *Os Castelos Portugueses nos finais da Idade Média. Presença, perfil, conservação, vigilância e comando*. Lisboa: Ed. Colibri.
- PIMENTA, Alfredo (1944) – *Duarte Darmas e o seu Livro das Fortalezas*, Lisboa: Ed. do Autor [Col. «Estudos Históricos», XXII].
- SABUGOSA, Conde de (1903) – *O Paço de Cintra*. Lisboa: Imprensa Nacional (reed. fac-similada, Sintra: Câmara Municipal e Gabinete de Estudos Históricos e Documentais, 1989-90)
- SANTOS, Maria José Ferreira dos (2015) – *Marcas de Água; Séculos XIV a XIX. Coleção TECNICELPA*, Paços de Brandão: Museu do Papel Terras de Santa Maria.
- SILVA, Isabel Morgado (2002) – *A Ordem de Cristo (1417-1521)*, in *Militarium Ordinum Analecta*, vol. 6, Porto, Fundação Eng. António de Almeida.
- VASCONCELOS, José Leite de (1924) – *Vida portuguesa antiga segundo documentos iconográficos. 19. O «Livro das Fortalezas do Reino» como fonte de Etnografia*. «Boletim de Etnografia», n.º 3, Lisboa: Museu Nacional de Etnologia, p. 5-11.
- VITERBO, Francisco Marques de Sousa (1899-1922) – *Dicionário Histórico e Documental dos Arquitectos, Engenheiros e Construtores Portugueses...*, 3 vols., Lisboa: Imprensa Nacional (reed. fac-similada, Lisboa: INCM, 1988).

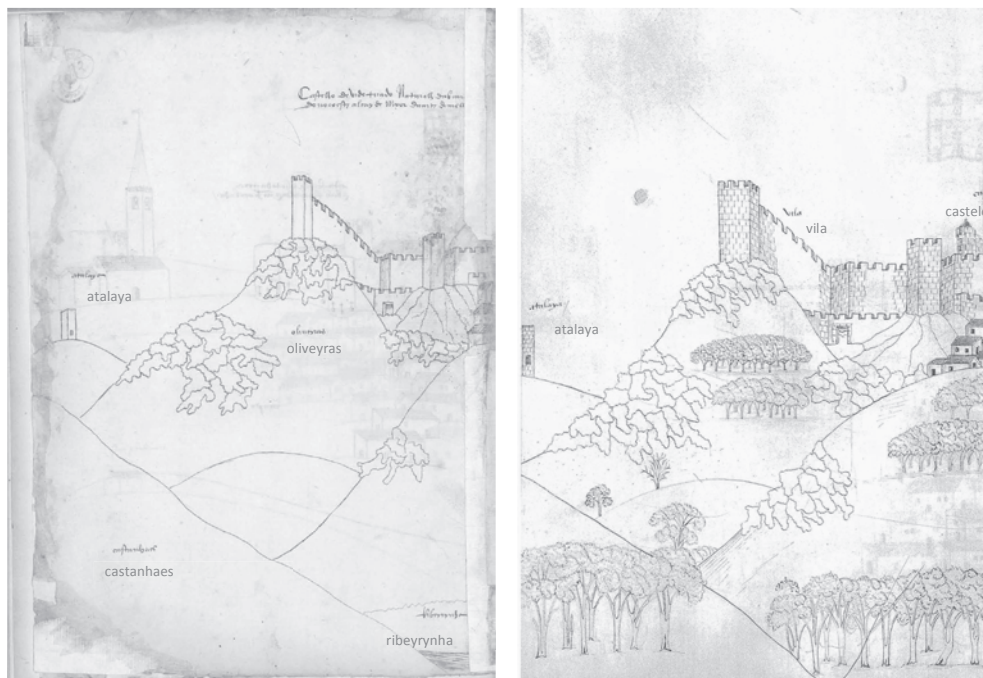


Fig. 1. Comparação dos desenhos de Castelo de Vide de Duarte de Armas: à esquerda, o fl. 3v° moderno (= fl. 16v° antigo) do Manuscrito de Madrid (BNE, Mss 9241); à direita, o fl. 42 v° do Manuscrito de Lisboa (IANTT, Casa Forte, Ms. 159).

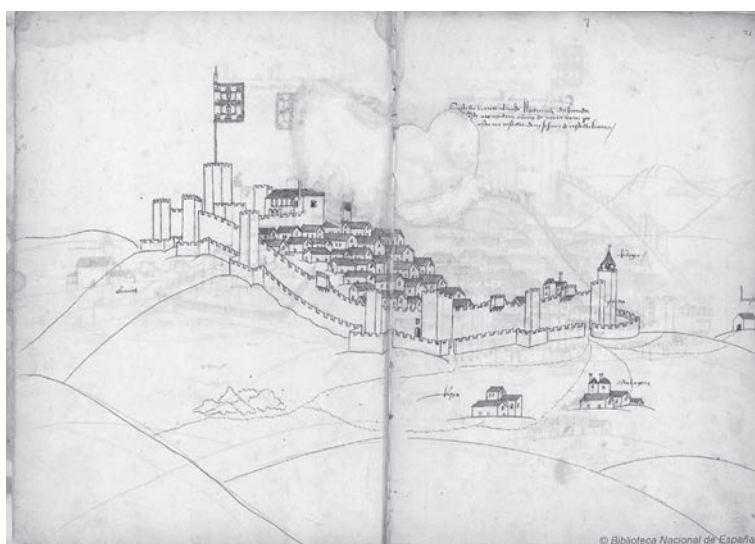


Fig. 2. Vista de Castelo Branco segundo o Manuscrito de Madrid (BNE, Mss 9241, fl. 6v°-7 moderno = fl. 20v°-21 antigo).



Fig. 3. Vista de Castelo Branco segundo o Manuscrito de Lisboa (IANTT, Casa Forte 159, fl. 51v°-52).

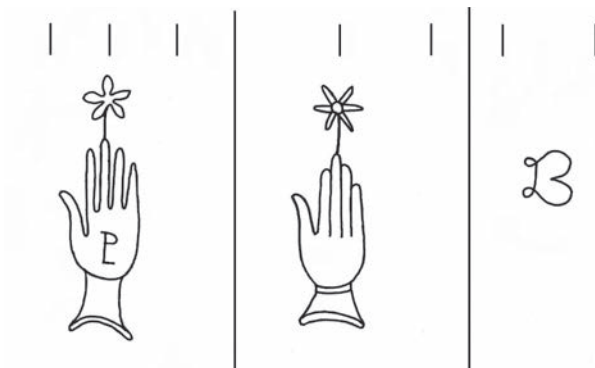


Fig. 4.
As três marcas de água do
Manuscrito de Madrid
(BNE, Mss 9241).

